

ACTA N.º 030/2003

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
CELEBRADA EM DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TRÊS

UM - INTRODUÇÃO

Aos doze dias de Dezembro de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pela hora designada, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal estando presentes, para além do Sr. Presidente, os Vereadores Srs. Pedro Paulo Ramos Ferreira, Pedro Lobo Antunes, Mário Mota, Octávio Félix de Oliveira, João Carlos Marques Quaresma de Oliveira e Carlos António Lopes Tomé, comigo, Ana Maria Sobral Carvalho Martins, exercendo as funções de Secretária.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo 18º do C.P.A., a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve.-----

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDÊNCIA

Gabinete da Presidência

1. Instituto Politécnico Lusíada de Torres Novas – Instalações.
2. Alfredo Francisco Galinha, L.da – Proc. 396/2002 – Av. de Julho – Torres Novas.
3. Apreciação e eventual aprovação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do plano para 2004.

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO LUSÍADA DE
TORRES NOVAS – INSTALAÇÕES

O Sr. Presidente deu conta de um ofício da **Fundação Minerva – Cultura - Ensino e Investigação Científica**, com sede em Lisboa, no qual são solicitados elementos para instruir o processo do “Instituto Superior Politécnico Lusíada de Torres Novas” junto da DGES – Direcção Geral do Ensino Superior, nomeadamente, no que se refere às instalações destinadas ao funcionamento daquele estabelecimento de ensino superior em Torres Novas.

Deliberação N.º 803 (12 /12 /2003):

Após análise e de acordo com o previsto nas cláusulas 9.º e 10.º do Protocolo de Colaboração celebrado entre esta autarquia e a Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, CRL, em 21.06.01, a Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos):

– Declarar que mantém todo o empenho na instalação do “Instituto Superior Politécnico Lusíada de Torres Novas”, sendo que o edifício municipal sito no Largo de St.º André, em Torres Novas, anteriormente denominado “Residência de Estudantes”, se destina à instalação do referido estabelecimento de ensino superior e nele procederá às alterações que a respectiva vistoria do Ministério da Ciência e do Ensino Superior tiver como necessárias, em função dos cursos que ali se vierem a ministrar.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

Neste momento, o **Vereador Sr. João Quaresma** saíu da sala.-----

ALFREDO FRANCISCO GALINHA, S.A. / CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS - AV. 8 DE JULHO – TORRES NOVAS

Foi presente o processo de licenciamento de obras particulares n.º 396/02, organizado em nome de **Alfredo Francisco Galinha, S.A.**, relativo á construção de um edifício de comércio e serviços, na Avenida 8 de Julho – Torres Novas, acompanhado da informação do D.A.U./D.G.U. n.º 781/03, que se anexa a esta acta (Anexo 1).

Deliberação Nº 804 (12 /12 /2003):

Após análise, a Câmara deliberou, por maioria absoluta, com cinco votos favoráveis (Sr. Presidente, Vereadores Srs. Pedro Ferreira, Lobo Antunes, Mário Mota, Octávio Oliveira) e uma abstenção (Vereador Sr. Carlos Tomé):

1º -

2º -

3º -

4º - Aprovar esta deliberação em minuta, para efeitos imediatos.

O **Vereador Sr. Carlos Tomé** justificou o seu sentido de voto em função das posições por si assumidas quando das anteriores deliberações sobre este mesmo processo.---

Neste momento, o **Vereador Sr. João Quaresma** entrou na sala tendo, de imediato, assumido o seu lugar na mesa.-----

**APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE
ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DO PLANO - 2004**

Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano 2004.

A proposta de **Orçamento** apresentada ascende tanto na parte da Receita como na da Despesa a quarenta e nove milhões setecentos e oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos, sendo:

- **Receitas Correntes:** dezanove milhões duzentos e setenta e nove mil quinhentos e cinquenta três euros e oitenta e oito cêntimos.

- **Receitas de Capital:** trinta milhões quinhentos e sete mil oitocentos e oitenta e dois euros e setenta cêntimos.

-Despesas Correntes: dezanove milhões duzentos e setenta e nove mil quinhentos e cinquenta três euros e oitenta e oito cêntimos.

- Despesas de Capital: trinta milhões quinhentos e sete mil oitocentos e oitenta e dois euros e setenta cêntimos.

As Grandes Opções do Plano totalizam trinta e quatro milhões seiscentos e setenta e seis mil cento e trinta euros e cinquenta e oito cêntimos, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos importa em vinte e sete milhões seiscentos e quarenta e oito mil duzentos e oitenta e dois euros e setenta e dois cêntimos e o Plano das Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica, em sete milhões vinte e sete mil oitocentos e quarenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos.

Deliberação N.º 805 (12 /12 /2003):

Submetidas a votação as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano 2004, foram as mesmas aprovadas, por maioria absoluta, com quatro votos favoráveis do Sr. Presidente, dos Vereadores Srs. Pedro Ferreira, Lobo Antunes e Mário Mota e três votos contra dos Vereadores Srs. Octávio Oliveira, João Carlos Quaresma e Carlos Tomé.

As propostas ora aprovadas vão ser submetidas à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na al. c) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

O **Vereador Sr. Carlos Tomé** justificou o seu sentido de voto, nos termos seguintes:

“Em primeiro lugar devo referir que os documentos em análise são os mais importantes documentos de gestão do município pelo que deveria haver um grande cuidado na sua elaboração, potenciando a maior participação possível quer de todos os vereadores quer dos autarcas das freguesias.

No entanto, os documentos foram entregues apenas na Quarta feira ao final da tarde para a reunião de Sexta feira, o que de facto não permite qualquer abordagem e análise minimamente fundamentadas e muito menos a eventual apresentação de qualquer proposta de alteração.

Por outro lado, deve também realçar-se que nem sequer houve qualquer reunião com as Juntas de Freguesia, o que é de lamentar.

Mas esta atitude, sendo premeditada, constitui uma flagrante falta de respeito pela Câmara enquanto órgão colegial, pelos vereadores da oposição e também pelos autarcas das freguesias.

Nos documentos em causa verifica-se uma gritante ausência de uma estratégia global para todo o território concelhio e mantém-se essencialmente as mesmas apostas de anos anteriores.

Esta proposta está marcada fundamentalmente pela aposta na cidade em detrimento de uma visão séria de promoção do desenvolvimento nas chamadas freguesias rurais.

Na própria memória descritiva do Orçamento se verifica facilmente essa perspectiva, pois para além de se fazer o elenco de 16 grandes obras na cidade, integradas no Programa Turrís XXI, ainda se refere que deverão ser iniciadas, também na cidade, mais oito grandes intervenções.

Relativamente ao resto do concelho as apostas são apenas pontuais e sem que exista entre as mesmas uma linha de intervenção coerente. Deste modo pode afirmar-se que este é um Plano essencialmente destinado à cidade.

Por outro lado, da análise das verbas em causa no Orçamento verificamos que este é um documento com verbas altamente inflacionadas no campo das receitas, com algumas rubricas a atingirem valores perfeitamente artificiosos.

Basta referir que para o ano de 2003 a dotação global inicial do Orçamento era de 25.835 milhões de euros e final de 49.006 milhões de euros, mas apenas se verificou uma concretização de 21.807 milhões de euros, pelo que se executou apenas 44,5% do previsto.

Aliás, podemos realçar apenas algumas rubricas para facilmente nos apercebermos do empolamento das receitas. Nas receitas correntes estava prevista para 2003 a verba de 1.132 milhões de euros de “impostos indirectos” mas apenas se arrecadaram 654 mil euros, ou seja 57,8% do previsto; de “taxas e multas” estava prevista a verba de 1.462 milhões de euros, mas apenas se receberam 553 mil euros, ou seja 37,9% do previsto; de rendimentos de propriedade estavam previstos 1.307 milhões de euros mas apenas foram recebidos 467 mil euros, ou seja 35,7% do previsto.

Nas receitas de capital o panorama ainda é pior. Na rubrica “venda de bens de investimento” estavam previstos 9.700 milhões de euros, mas apenas foram arrecadados 257 mil euros o que significa apenas 2,7% do previsto. Mas se analisarmos a rubrica “venda de terrenos” então a diferença ainda é mais radical, pois foram previstos 9.649 milhões de euros enquanto o município apenas recebeu 257 mil euros o que constitui menos de 1% da verba orçamentada.

Daí que na receita de capital o fosso entre as verbas orçamentadas e as efectivamente realizadas tenha sido enorme, pois orçamentaram-se mais de 30.921 milhões de euros mas apenas foram recebidos 8.804 milhões de euros, o que constitui tão somente 28,5% do previsto.

Ora a análise destes valores constantes do Orçamento de 2003 e comparando-os com os do Orçamento para 2004 dá-nos a verdadeira dimensão do exagerado empolamento deste Orçamento, com verbas fora de qualquer realismo.

De facto, basta referir que todas as verbas destas mesmas rubricas previstas na presente proposta de Orçamento para 2004 estão substancialmente aumentadas, sendo certo que as previstas para o corrente ano já estavam exageradamente elevadas. Basta atentar que só na famigerada rubrica “venda de bens de investimento” estão previstos 12.911 milhões de euros o que significa a criação de um fosso ainda maior entre o previsto e o que será arrecadado, tendo em conta o exemplo dos últimos anos.

Ora, esta situação, que se mantém e se agrava de ano para ano, é sintomática da forma absolutamente irrealista como o Orçamento está elaborado. Daí que mais uma vez, no próximo ano tenhamos uma série enorme de obras e de intervenções que não poderão ser realizadas porque não são realistas, uma vez que se sabe à partida não existiram verbas suficientes para poderem ser concretizadas.

Por outro lado, na memória descritiva do Orçamento, em função dos fundos comunitários para a realização de algumas obras, é colocado um dilema “não construir para endividar ou construir e endividar”. No entanto, tal dilema não se afigura real, pois devem aproveitar-se de forma racional os fundos comunitários mas tendo em consideração que não podemos estar a hipotecar o futuro do município. Deve haver nesta matéria muito cuidado e ponderação, o que não tem acontecido, pois gasta-se muito e poupa-se pouco, não havendo uma preocupação séria com as consequências reais ao nível do endividamento para o futuro.

Também nesta proposta não se vislumbra qualquer intenção ou perspectiva de reduzir despesas, de promover a contenção das despesas, de diminuir as despesas inúteis, de formulação de um plano de recuperação financeira, de forma a que seja possível programar o futuro do município

com alguma tranquilidade. Só no último ano a dívida do município aumentou 600 mil euros, mas é muito provável que este valor seja superior.

Acresce que há uma notória falta de apostas em sectores fundamentais para um correcto desenvolvimento do concelho. Nada de substancial se prevê para o saneamento básico, quando este é um sector fundamental e o mais carenciado do município. Parece que se está à espera que a tal empresa privada venha, como que por artes mágicas e não se sabe bem quando, resolver estas carências.

Também o planeamento urbanístico continua a sofrer de falta de investimento, mantendo-se a situação relativamente a alguns planos de urbanização que deveriam ser implementados ou revistos, mas que não passam das intenções.

Por tudo isto, não posso deixar de manifestar a minha oposição a esta proposta.”

De seguida, o **Sr. Presidente** expressou a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos do PS entenderam votar favoravelmente este orçamento tendo em conta os seguintes factores:

- Aposta-se na manutenção da dinâmica de execução do Programa Turrís XXI, que como todos sabemos é suportado, entre outras, por verbas comunitárias do QCAIII, específicas e exclusivas para a sede de concelho, (Medida 1.5) enquanto Cidade Média no âmbito da Região de Lisboa e Vale do Tejo.
- Nesta perspectiva deve realçar-se a construção do Palácio dos Desportos e remodelação total do Cine Teatro Virgínia, previstos para 2004, bem como o facto de decorrerem actualmente os concursos para a construção das novas piscinas, biblioteca municipal e centro de ciência viva, que terão um peso significativo na estrutura financeira do município.
- A nível da educação será dada uma importância específica à implementação da Carta Educativa, sendo a obra da novo Jardim de Infância de Riachos, o ponto de partida para uma nova estratégia de equipamentos escolares, em especial os Centro Educativos.
- Apostar na melhoria das acessibilidades municipais a nível das freguesias, para as quais se previu uma verba superior a um milhão de Euros, com destaque para intervenções artérias com alguma dimensão.

- Avançar com uma remodelação na política cultural e desportiva do concelho, em antecipação à dinâmica prevista pela construção de novos equipamentos desportivos e culturais, atrás referenciados.
- Manter a política de apoio social a nível da Habitação Social, projecto Rosto e Centro de Acolhimento Temporário para Jovens em Risco.
- Cumprir com os contratos programas assumidos com a Administração Central, nomeadamente para a recuperação da EN3, EN358 e iluminação do Nó da A23.
- Manter uma política de contenção de despesa de modo a que o município torrejano mantenha o superavit igual ou superior a 2002, e que raramente é referido.
-
- De realçar que os índices de execução do orçamento de 2003 até à data são os seguintes:
 - PPI em 2003 70%
 - PA em 2003 87%
 - Balancete de Despesa 75%
 - Balancete de Receita 50%.”

O Vereador Sr. Octávio Oliveira apresentou a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores eleitos pelo PSD, Octávio Oliveira e João Quaresma de Oliveira votam contra e apresentam a seguinte declaração de voto: “ Em nosso entender este é um dos dois momentos anuais da actividade dos órgãos municipais em que as grandes opções da gestão municipal devem ser analisadas.

Os documentos em análise são a expressão das opções políticas de gestão da actual maioria e no caso presente estão condicionadas pelas opções que esta maioria tomou ao longo do período em que vem exercendo os respectivos mandatos.

A nossa discordância pode ser apresentada em três ordens de razões:

1. Entendemos que a gestão municipal deve procurar gerir da forma mais eficiente possível os recursos públicos que tem à sua disposição e que serão sempre escassos perante as necessidades e anseios das populações.

Não é o que tem acontecido e a actual situação financeira do município é o reflexo.

Não se tem poupado nas despesas correntes. Procuram-se sistematicamente as acções de popularidade e propaganda, em acções pontuais e avulsas. Despesas com trabalho extraordinário, despesas de representação, comunicação ou de secretaria nunca mereceram uma séria contenção.

Nos investimentos confunde-se o essencial com o acessório. Mais uma vez, a eficácia reguladora das rotundas ou os caros ornamentos. Os valores realmente investidos superam em muito os previstos, com sistemáticos trabalhos a mais, como nas obras das avenidas ou do mercado diário.

Assim, quando são necessários os recursos próprios para juntar aos recursos comunitários, para fazer obra, como já não há recursos próprios, a solução tem sido o recurso ao capital alheio, resultando um endividamento crescente, a níveis preocupantes e condicionadores do futuro.

O orçamento para 2003 apresenta como despesa prevista com encargos de juros cerca de 830 mil euros, dos quais 325 mil a entidades bancárias e 480 mil a fornecedores e entidades de locação.

Há valores susceptíveis de terem outra contenção, como sejam os valores previstos em publicidade cerca de 124 mil euros e despesas de representação 68 mil.

Neste orçamento estão previstos cerca de 538,5 mil euros para arranjos urbanísticos de rotundas, valor que eventualmente poderia ter alguma redução, caso se privilegiasse o fundamental.

2. Entendemos que a Câmara Municipal de Torres Novas e os seus serviços deveriam ter a menor expressão possível para assegurar as funções que outros melhor não pudessem assegurar. O quadro de pessoal e a política de gestão de pessoal têm caminhado em sentido contrário. Criar compromissos, custos fixos, uma estrutura pesada e de pouca flexibilidade.

Ainda agora, na última reunião, a propósito da não política desportiva deste executivo, a ideia com que ficámos é que após as infra-estruturas virão os assessores ou quadros para fazer a política desportiva. Não concordamos, haja um sistema incentivador das vontades e competências dos clubes e associações desportivas, que não é o de num dia aprovar os subsídios para duas épocas, que haverá incremento da prática desportiva.

Também neste orçamento estão previstos cerca de 7, 327 milhões de euros para despesas com pessoal, que representa um incremento em relação aos actuais valores, e que significa cerca de 38 % da totalidade das despesas correntes do município.

3. Finalmente não nos revemos nesta política de concentrar excessivamente os investimentos na cidade, criando uma separação entre a sede do concelho e todo o território.

Concordamos que um concelho competitivo, atractivo em relação a uma vasta região em que se insere tem que ter uma sede de concelho, um núcleo urbano polarizador, com todas as funções urbanas bem representadas, ele próprio atractivo em relação à mesma região.

Divergimos na intensidade da concentração do investimento.

E sejamos claros, os apoios são para a cidade porque alguém teve a vontade política de o fazer e de concentrar as candidaturas a apoios comunitários na competitividade das cidades médias.

O Plano Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo tem outros eixos e medidas para acções de natureza municipal em que investimentos ao nível do concelho poderia ser candidatáveis.

Só assim se explica que passados dez anos após a suspensão, Alcorochel ou Árgea continuem sem saneamento básico, ou Pedrogão das primeiras terras a ter saneamento básico, continue a ter esgotos a céu aberto no interior da povoação.

Também só assim se explica que determinados investimento de natureza urbanística em povoações do concelho, como por exemplo um largo público em Vila do Paço contibuem por fazer, volvidos todos estes anos, investimentos de pequena importância relativa, mas importantes para um concelho harmonioso, em que haja vontade de viver nas aldeias e na cidade.

Finalmente não podemos deixar de referir mais alguns aspectos particulares:

- O Orçamento continua a não ser um instrumento de gestão, em que se prevêem receitas virtuais como seja a emblemática venda de terrenos (12, 847 milhões de euros em 2004), quando já no orçamento de 203 se havia previsto vender 9, 649 milhões e apenas se venderam 88 mil euros, numa execução de 0, 9 %.

- A elaboração do Orçamento e do Plano de Investimento também deveria ser o momento por excelência em que órgãos autárquicos, municipais e de freguesia, pudessem confrontar posições e visões para o território, o que não foi manifestamente o caso, sendo uma oportunidade perdida.

Por estes motivos, expressando o desejo do maior nível de concretização dos investimentos previstos, expressamos o nosso voto contrário aos documentos.”-----

O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Assistente Administrativo Especialista, a
redigi, subscrevo e vou assinar juntamente com o Excelentíssimo Presidente.-----

